

CENTRAL DE ATENÇÃO AO EGRESSO E FAMÍLIA DE PRESIDENTE PRUDENTE

Carla Cristina Sorrilha RAMPAZZO¹
Heloisa Moreti GOMES¹
Vanessa Peres MOLINARI¹
Juliene Aglio de Oliveira²
Silvana Malaman Trevisan Dias BATISTA³

RESUMO: Este artigo tem por objetivo apresentar num primeiro momento o que é a Central de Atenção ao Egresso e Família de Presidente Prudente de forma a contextualizar esta Central, mostrando seus objetivos, as principais demandas, as leis que dão suporte a esta Central e etc. Logo em seguida, falaremos sobre o tema do nosso artigo que diz respeito à inserção do egresso no mercado de trabalho, de forma que levantamos o perfil destes egressos, a faixa etária, o nível de escolaridade, enfatizando sempre os motivos que levam estes egressos a não conseguirem sua inserção no mercado de trabalho. Problematicamos a maior demanda, a procura do egresso em conseguir um emprego. Pontuando as estratégias utilizadas e futuras possibilidades para fazer um melhor enfrentamento sobre essa demanda. Para finalizar falamos da importância de se fazer um trabalho dentro das unidades prisionais. É importante uma rede de apoio articulada que possa dar respostas as demandas destes sujeitos. Somente assim estes egressos poderão ser reinseridos na sociedade, por isso o fundamental papel de se criar as Centrais para ampliar as expectativas desses indivíduos que saem do cárcere sem perspectiva de vida alguma, e no caso da CAEF de Presidente Prudente, esta entende a relação de direitos sociais e a busca de formação de uma rede de apoio para melhor amparar o egresso que saiu do sistema prisional, visando a garantia de direitos e a reinclusão social.

Palavras-chave: Egresso. Emancipação. Inserção no mercado de trabalho. Escolaridade. Exclusão Social.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo num primeiro momento apresentar a Central de Atenção ao Egresso e Família de Presidente Prudente, exemplificando qual é o

¹ Discentes do 7º termo do curso de Serviço Social das Faculdades Integradas “Antonio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. ca_sorrilha@hotmail.com; helomgomes@hotmail.com; vanessa_molinari@yahoo.com.br

² Docente do curso de Serviço Social das Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina. juliene_aglio@unitoledo.br Orientadora do trabalho

³ Docente do curso de Serviço Social das Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. silvanatrevisan@unitoledo.br Orientadora do trabalho

papel da CAEF/PP, qual o seu objetivo, suas demandas, as leis que dão suporte e sustentabilidade a Central, no caso a Lei de Execução Penal e etc.

Em seguida, falaremos sobre o tema do nosso artigo que diz respeito à inserção do egresso no mercado de trabalho, de forma que levantamos o perfil destes egressos, a faixa etária, o nível de escolaridade, enfatizando sempre os motivos que levam estes egressos a não conseguirem sua inserção no mercado de trabalho.

Neste momento problematizamos a nossa maior demanda pela procura do egresso em conseguir um emprego, suas dificuldades, seus anseios. Pontuando as estratégias utilizadas e futuras possibilidades para fazer um melhor enfrentamento sobre essa grande demanda pela inclusão no mercado de trabalho.

Para finalizar falamos da importância de se fazer um trabalho dentro das unidades prisionais, pois hoje este sujeito está recluso, mas amanhã ele faz parte novamente da sociedade, precisando então este sujeito de um auxílio para não reincidir.

É importante então uma rede de apoio articulada que possa dar respostas as demandas destes sujeitos, como auxílio referente a uma cesta básica, até um curso profissionalizante, inserção no mercado de trabalho. Somente assim estes egressos poderão ser reinseridos na sociedade, por isso o fundamental papel de se criar as Centrais para ampliar as expectativas desses indivíduos que saem do cárcere sem perspectiva de vida alguma, e no caso da CAEF de Presidente Prudente, esta entende a relação de direitos sociais e a busca de formação de uma rede de apoio para melhor amparar o egresso que saiu do sistema prisional, visando a garantia de direitos e a reinclusão social.

2 CENTRAL DE ATENÇÃO AO EGRESSO E FAMÍLIA

A Central de Atenção ao Egresso e Família de Presidente Prudente, surgiu com o objetivo de garantir apoio integral ao ex-presos que está retornando ao convívio social mais amplo, garantindo-lhe o fortalecimento de sua cidadania, autonomia e de sua identidade. A missão da CAEF/PP é prestar assistência às necessidades básicas e especiais. A Central faz parte da Coordenadoria de

Reintegração Social Penitenciário da Secretaria de Administração Penitenciária. O Departamento de Reintegração Social- DRSP é um departamento específico para o cuidado com o egresso do sistema penitenciário e a CAEF/PP está vinculada ao DRSP, mas atua de forma descentralizada, onde as redes de parcerias são o norte para a estruturação de cada Central em cada município.

Outro objetivo da CAEF/PP é assegurar que as ações tenham centralidade na família e que garantam a convivência familiar e comunitária. Mas o objetivo maior desta Central é minimizar a reincidência criminal. O público alvo da CAEF é o liberado definitivo, pelo prazo de 1 ano a contar da data de sua liberdade e também o liberado condicional, durante o período da prova.

A intervenção profissional neste campo está pautada na perspectiva da passagem da exclusão para inclusão social. Tem o compromisso ético-profissional de articular e potencializar rede de apoio, serviços e políticas, que assegurem a reintegração social. Mas é muito importante ressaltarmos que o egresso ou familiares de presos só procuram a CAEF de maneira espontânea, na qual esta procura não está vinculada a nenhum tipo de exigência institucional.

Como características dos egressos cadastrados na CAEF/PP podemos citar um trecho do texto de Luiz Mendes, retirado do Dicas que diz: “[...] A primeira coisa a se perceber quando saímos é que tudo o que conhecemos já não existe mais. Restam apenas cacos partidos de lembranças na memória. Inúteis para a gravidade das atuações necessárias no presente.”

O programa de atenção ao Egresso e Familiares é uma política pública da SAP, através da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania, que tem por finalidade dar assistência direta ao egresso contextualizado no seu âmbito familiar, visando sua autonomia, emancipação e postura cidadã para que possam retornar o convívio social mais amplo.

Em 2006 começaram a serem criadas algumas centrais de atendimento que estão em funcionamento por todo Estado de São Paulo com o intuito de desenvolver um trabalho com o egresso prisional, trabalho este desenvolvido pelo Departamento de Serviço Social, através das Centrais de Atenção aos Egressos e Familiares.

A assistência ao egresso está prevista na LEP - Lei de Execução Penal onde torna-se condição imprescindível para a reintegração social, do sujeito posto em liberdade.

De acordo com o Artigo 10, da Lei 7.210, de 11 de julho de 1984:

“A assistência ao preso e ao interno é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar à convivência em sociedade”.

Parágrafo Único: A assistência estende-se ao egresso.

O artigo 25 desta mesma Lei complementa dizendo:

“A assistência ao egresso consiste:

I- na orientação e apoio para integrá-lo a vida em liberdade;

II- na concessão, se necessário, de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de dois meses;

Parágrafo Único: “O prazo estabelecido no inciso II poderá ser prorrogado uma única vez, comprovado, por declaração do assistente social, o empenho na obtenção de emprego”.

O artigo 26 desta mesma Lei de Execução Penal também define o público alvo da nossa Central de Egresso:

“Considera-se egresso para os efeitos dessa Lei”:

I - O liberado definitivo pelo prazo de 1 (um) ano a contar da saída do estabelecimento.

II - O liberado condicional durante o período da prova.

É necessário entendermos que o cárcere não proporciona boas condições de vida em busca da socialização e da aprendizagem no período de cumprimento da pena. Por isso, os principais desafios são referentes ao cotidiano de estágio, no caso, os preconceitos e a estigmatização para com o indivíduo que passou pelo sistema prisional.

Atualmente a CAEF conta com uma equipe técnica multidisciplinar composta por uma técnica responsável, assistente social, psicóloga e também técnica responsável, um oficial administrativo, quatro estagiárias de serviço social (sendo uma voluntária) e um estagiário do ensino médio.

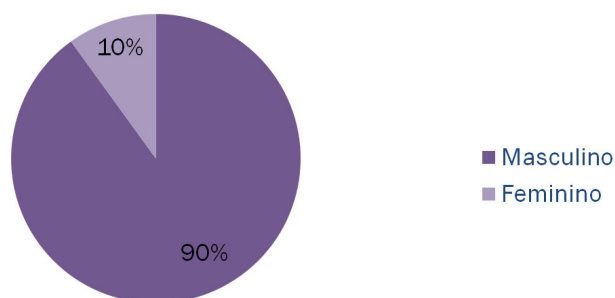
Até o presente momento, a CAEF/PP encontra-se com aproximadamente 311 egressos e 249 familiares de presos cadastrados e recebendo acompanhamento. Deste total de egressos, apenas 10% reincidiu, o que corresponde a um número muito pequeno de reincidência. A grande maioria dos egressos cadastrados encontra-se na faixa economicamente ativa e pertence ao gênero masculino.

Os principais objetivos da CAEF é prestar atendimento assistencial direto ao egresso (a) com vista ao fortalecimento da identidade do indivíduo e sua inserção

cidadã, criando dessa forma, mecanismos para o exercício da liberdade com responsabilidade e com ações que contextualizem o âmbito familiar. Ou seja, para que o indivíduo retorne ao convívio social sem que haja discriminação, de maneira que ele tenha fortalecido sua cidadania, autonomia, identidade, a fim de possibilitar a reintegração social mais efetiva e minimizar cada vez mais a reincidência criminal. De forma que ofereça suporte aos familiares de presos e egressos, a fim de possibilitar que a família também se fortaleça e sejam atendidas suas necessidades.

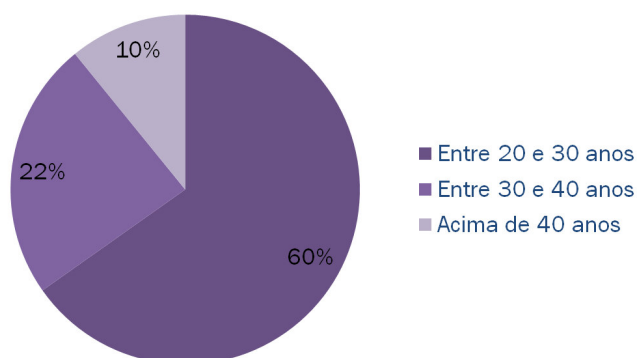
O perfil do egresso atendido pela CAEF/PP do total de 311 egressos cadastrados, até fevereiro de 2010, 31 são do sexo feminino, ou seja, aproximadamente 10%.

Egressos Cadastrados CAEF/PP

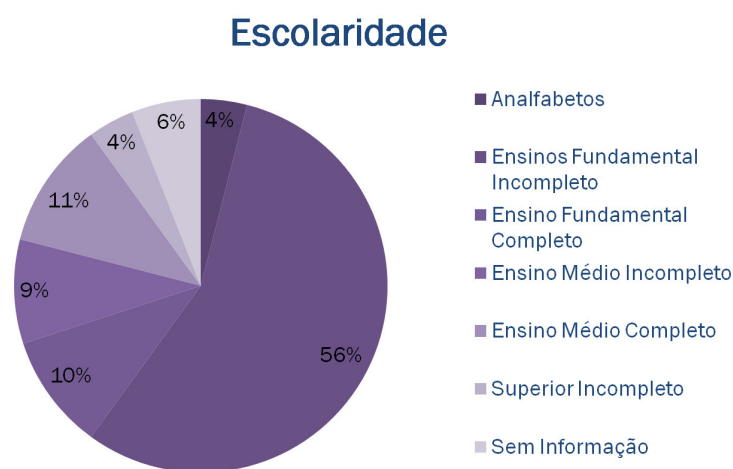


Estes se encontram na faixa etária produtiva, de acordo com a tabela abaixo:

Faixa Etária



O nível de escolaridade é muito sofrível, sendo que 4% ou 12 pessoas são analfabetos, 56% ou 176 pessoas possuem o ensino fundamental incompleto, 10% ou 31 pessoas com o ensino fundamental completo, 9% ou 28 pessoas com o ensino médio incompleto, 11% ou 34 pessoas com ensino médio completo e 4% ou 12 pessoas chegaram ao nível superior. Não tivemos informações acerca de 6% ou 18 dos egressos cadastrados.



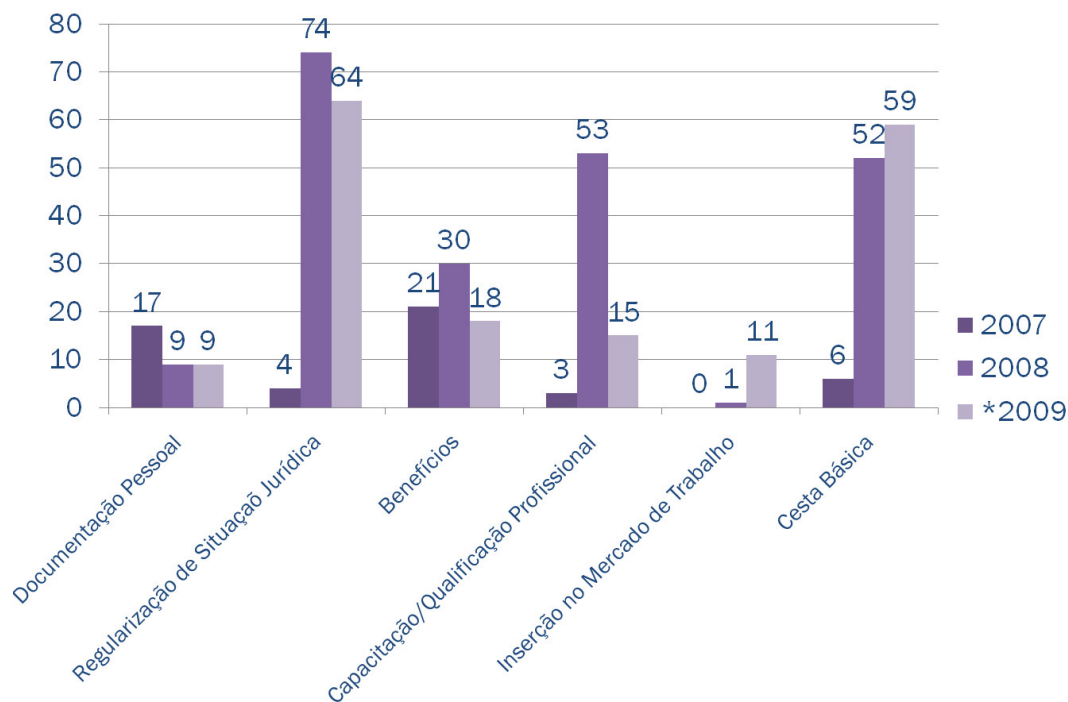
Em relação à escolaridade os números são preocupantes. A cultura de não conferir importância de escolaridade às classes mais pobres e a contínua ineficácia da política de educação são os pilares que sustentam uma das paredes que barram a inserção social. O que podemos ver é a necessidade urgente de investir na educação. Com estes dados podemos perceber que o perfil do egresso está muito ligado as situações de pobreza e vulnerabilidade que estes trazem no seu histórico a marca da exclusão social, a dificuldade da reintegração na sociedade, por serem sujeitos estigmatizados, fragilizados. Pelo fato do nível de escolarização desses sujeitos serem muito baixo, podemos perceber o porquê da maior demanda ser a dificuldade da inserção no mercado de trabalho, pois estes usuários da CAEF/PP acabam saindo do sistema prisional, sofrendo além do preconceito de ser egresso do sistema, não possuírem nenhum nível escolar, não terem concluído nem o ensino fundamental para poder fazer um curso técnico, profissionalizante e etc.

A maior demanda da Central de Atenção ao Egresso e Família de Presidente Prudente sem dúvida, no que tange ao seu público alvo, refere-se à procura pela inclusão no mercado de trabalho e/ou em programas de geração de renda, seguida de necessidades básicas (alimentação, gás, água, energia elétrica, saneamento básico, abrigo e albergue), tratamento de drogadição, orientações jurídicas, pendências intramuros, apoio psicológico, educação, capacitação profissional, documentação pessoal, entre outros.

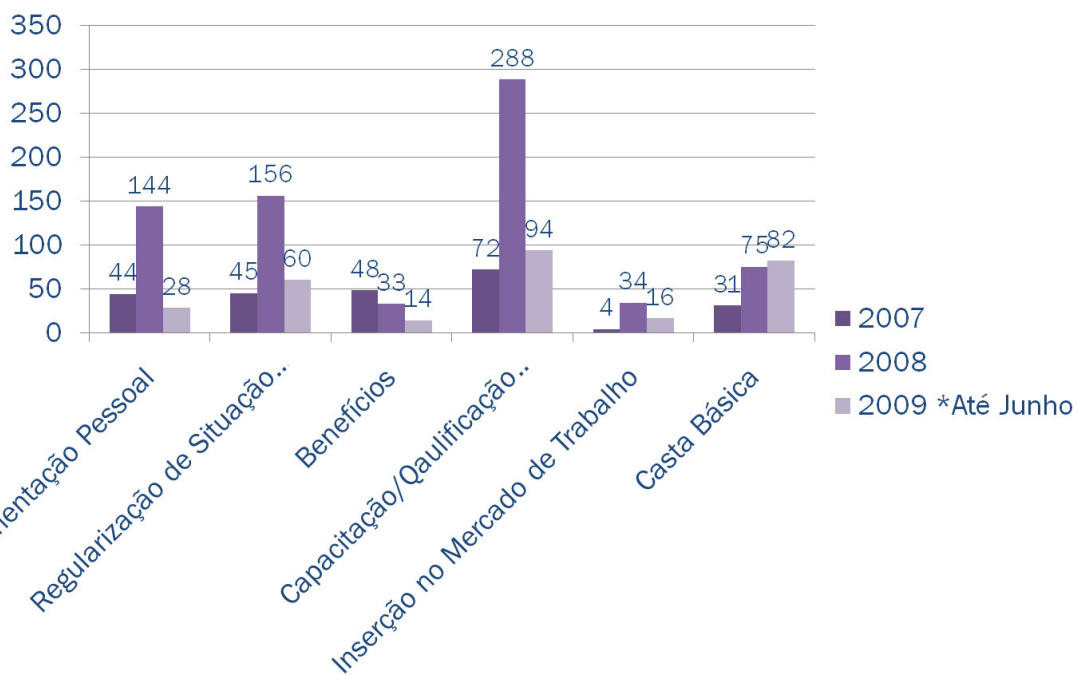
As principais demandas trazidas pelas famílias dos sentenciados são primeiramente de escuta, seguida de necessidades básicas, transportes, transferências, localização de presos, orientação sobre benefícios (tanto jurídicos como previdenciários), entre outras demandas. Foi a partir daqui que surgiu a necessidade de se criar um projeto que hoje recebe o nome de “Projeto Mulheres em SuperAção”. Vale ressaltar que este projeto surgiu com um Chá dos Dias das Mães no ano passado(2009) onde o projeto tem por desafio a elaboração de um novo projeto de vida.

A maior demanda para a CAEF/PP, no que tange seu público alvo, sem sombra de dúvidas como já foi dito acima, refere-se à procura pela inclusão no mercado de trabalho e/ou geração de renda. Estes são fatores bloqueadores quanto à inclusão social do egresso, que após soltura traz grandes dificuldades de convivência familiar e na sociedade, dificuldades estas provocadas pela prisionalização, que provoca preconceitos, estigmas, exclusão social e etc. Infelizmente, o Estado não apresenta, ainda, uma política pública que sane esta questão e o preconceito, associado ao estigma dificulta muito a abertura de frente de trabalho. Para as demais demandas a rede de apoio, tanto pública como privada, tem dado ótimas respostas, como apontam os gráficos abaixo:

Encaminhamentos de Egressos

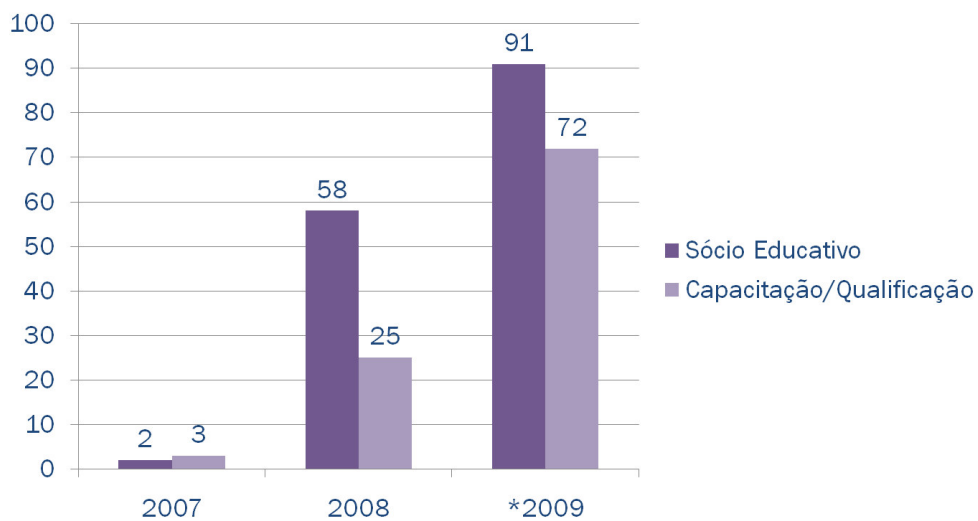


Encaminhamentos de Familiares:



Sc
C/

ios
de



No ano de 2010, atualmente temos mais alguns casos de egressos inseridos em Projetos Sócioeducativos, capacitação e qualificação profissional e geração de renda, aproximadamente 40 egressos inseridos, mas ainda não temos um número preciso de quantos egressos estão realmente inseridos nestes programas e projetos.

Uma das estratégias mais viáveis na busca por respostas as demandas trazidas pelo público alvo é o trabalho interdisciplinar desenvolvido junto a rede sócio assistencial de Presidente Prudente. Neste sentido tivemos um ano muito propenso para o estreitamento dos laços com a rede de apoio do município, na medida em que houve um aumento significativo na formalização de novas parcerias bem como a consolidação das já existentes.

As primeiras e atuais parcerias realizadas foram com a Secretaria de Assistência Social (SAS), Secretaria da Educação (SEDUC), UNOESTE, Toledo, Assovigi, SESI, SENAI, SENAC, SEST/SENAT, Escola de Curtimento de Couro, Associação Amor é a Resposta, Entidade São Damião, APREV, entre outros. Com o objetivo de articular uma rede de apoio ampla que os auxilie nessa luta pela reintegração social de nossos egressos e principalmente em relação a nossa demanda mais premente de inserção no mercado de trabalho. É através dessa rede social que conseguimos na maioria das vezes melhores resultados as demandas da Central de Atenção ao Egresso e Família de Presidente Prudente.

É importante destacar a parceria efetivada com a SEDUC, sendo esta a gestora do Pró-Jovem, um programa do Ministério da Educação em parceria com o município de Presidente Prudente, cujo objetivo é propiciar a conclusão do ensino fundamental e qualificar profissionalmente jovens de 18 à 29 anos, oferecendo uma bolsa no valor de 100,00 reais durante o período de 20 meses. No mês de janeiro a CAEF/PP realizou 40 inscrições para o referido programa e até o presente momento conta com 14 egressos(as) e 18 familiares de presos cursando o mesmo.

Com relação a inserção do egresso no mercado de trabalho, percebemos que o perfil dos egressos da CAEF/PP não foge ao perfil do egresso brasileiro que traz em seu histórico socioeconômico a marca da exclusão social. Pois quando estes saem do sistema prisional, estão completamente alienados, por perderem alguns dos seus direitos humanos fundamentais como, por exemplo, o direito de votar, responsabilizar-se pelos filhos, perde sua privacidade, tendo que conviver com pessoas que não escolheu como companheiros indesejáveis e etc. Além dessa questão destacamos dois outros fatores que dificultam a inclusão na sociedade e no mercado de trabalho, a discriminação e o preconceito pelo fato de ser ex-presidiário. Por isso, a finalidade desta Central é priorizar o atendimento ao egresso e sua família valorizando suas necessidades e anseios, fortalecendo desta forma a identidade, cidadania, criando mecanismos que sejam eficazes para o exercício da liberdade com dignidade, acesso as políticas sociais, responsabilidade e etc., de forma a minimizar a reincidência criminal e haver a reintegração social.

Após o egresso sair do cárcere, este não consegue retornar a sua antiga rotina do mundo que o segregou, pois perde sua identidade e no período em que este indivíduo esteve recluso, não foram preparados dentro do presídio para retornarem a vida em liberdade. Desta forma ao retornarem na vida em sociedade, estes sujeitos se encontram fragilizados para retornarem as relações sociais tanto dentro do convívio familiar como comunitário e muito menos enfrentar o mercado de trabalho.

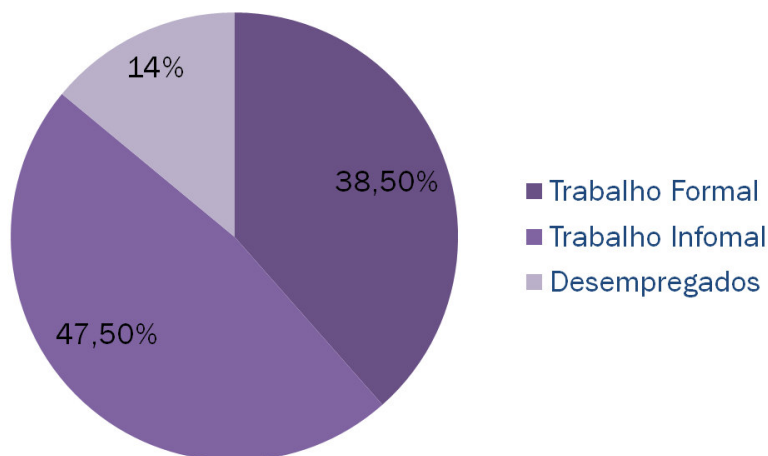
Podemos dizer então que o Estado é um órgão falho no que diz respeito ao sujeito que está em privação de liberdade, sendo ineficaz na garantia da qualidade de vida desses sujeitos que cumprem pena. Então a CAEF tem como prioridade ultrapassar ações apenas pontuais para uma política pública inclusiva de atenção ao

egresso. Com o trabalho na CAEF podemos perceber que não basta somente incluir este egresso no mercado de trabalho ou capacitação profissional, mas devemos auxiliá-los na reconstrução de sua identidade, de seus valores, de seu fortalecimento de vínculos e cidadania.

É importante observarmos que não cabe somente aos órgãos públicos resolver as situações de criminalidade, mas a sociedade civil deve se questionar sobre a nossa parcela de responsabilidade neste sistema, neste círculo que acaba não tendo fim, com a falta de oportunidade, com a criminalidade, cumprimento de pena, a liberdade e etc. Ciclo vicioso que não tem fim. O dever então da sociedade civil é dar uma nova oportunidade a estas pessoas que cometeram um delito e que já pagaram sua dívida com a justiça e merecem uma segunda chance.

Assim, podemos compreender que os crimes em sua maioria das vezes são cometidos por motivos fúteis e/ou por falta de perspectiva de crescimento de vida, num momento de dificuldade, em que os egressos merecem uma nova chance de reabilitação. Mas esta reintegração é muito difícil, pois o sistema carcerário atualmente não auxilia na recuperação de nenhum ser humano. É difícil falar de reintegração social numa sociedade capitalista, onde o consumo é visado por todos, onde uma pessoa depois de reclusa é excluída de sua organização social e enquanto solto antes de ser preso já era excluído de sua base social. O que devemos então é reconstruir e transformar muitas coisas na nossa sociedade, inclusive a nossa cultura, nossos valores e crenças, somente assim poderemos ver acontecer realmente a inclusão social.

Sendo assim 47,5% trabalhavam informalmente sem qualificação, 38,5% não trabalhavam no período anterior a prisão e 14% estava empregado formalmente:



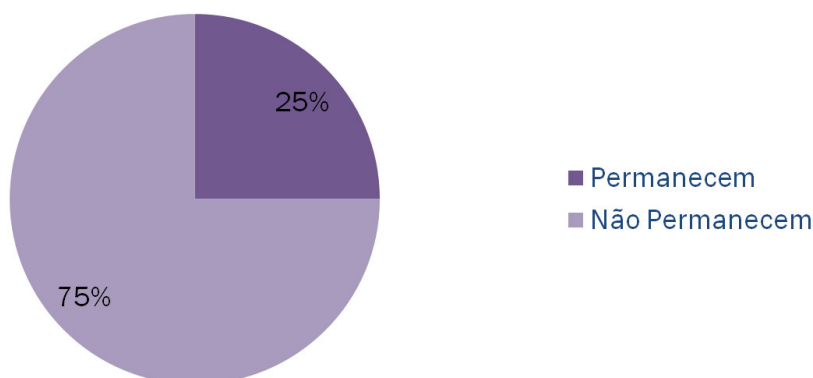
Estes sujeitos antes de entrarem no mundo do cárcere já passavam por dificuldades financeiras, de discriminação, falta de oportunidade, dentre tantos outros problemas que dificultavam sua inserção no mercado de trabalho muito antes de serem reclusos, por isso muitas vezes estes trabalhos dos sujeitos antes da prisão são informais, sem nenhuma qualificação profissional, pois estes não possuem acesso e oportunidade à escolarização.

A dificuldade de inserção no mercado de trabalho é grande entre as pessoas que não fazem e nem fizeram parte do sistema penitenciário, podemos imaginar e perceber então que a desvantagem educacional dos egressos, a discriminação são fatores relevantes e de maior dificuldades para esse público alvo que atendemos na Central de Atendimento ao Egresso e Família de Presidente Prudente. Um outro fator de relevância e que devemos levar em consideração é referente às pressões criminosas à qual os sujeitos que já saíram do sistema acabam retornando ao mundo do crime, pois o círculo de alta vantagem que estes encontrarão no mundo do cárcere é muito maior do que os oferecidos pela sociedade civil.

Por isso, o egresso vê-se enfrentando alguns fatores de dificuldades de superação dessa fase de vida, pois o estigma pesa sobre ele, outro fator é o baixo nível de escolaridade e o principal é a precarização do trabalho. E na CAEF/PP esse número de egressos que conseguem serem inclusos no mercado de trabalho e permanecem neste é muito pequeno também assim como mostrado abaixo.

Quanto aos egressos que permanecem até os dias atuais inseridos no mercado de trabalho, esse número cai relativamente bem, apenas 25%, sendo trabalho formal ou informal, o que é equivalente a 72 egressos cadastrados na CAEF/PP.

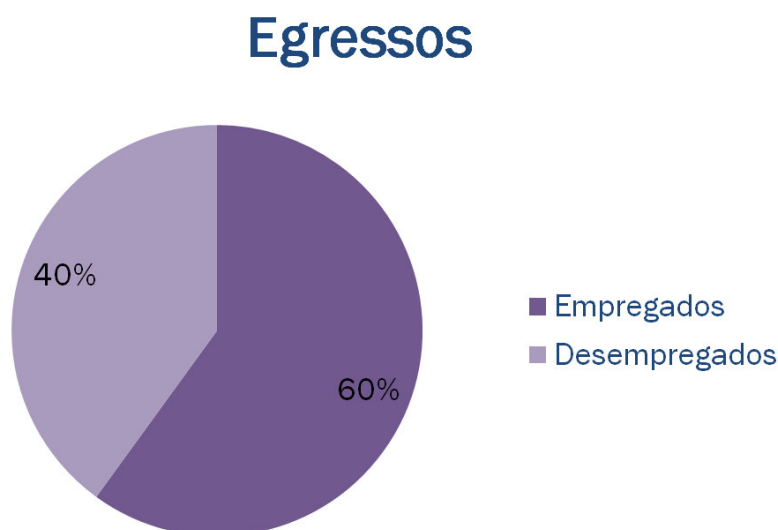
Egressos no Mercado de Trabalho



Podemos observar então que este número de apenas 25% de egressos estarem inseridos no mercado de trabalho seja formal ou informal deve ser levado em consideração todas as dificuldades já citadas acima, de falta de oportunidade destes sujeitos, falta de escolarização, o preconceito, a discriminação, pessoas facilitadoras que estão envolvidas com o crime, com as drogas que acabam auxiliando no papel de facilitador para estes egressos terem acesso aos bens de consumo a partir do roubo, furto, assalto etc.

Por isso que a CAEF/PP prioriza e acaba batendo tanto no ponto forte de que há uma grande necessidade de haver transformações também no método punitivo dessas transgressões, pois somente dessa forma podemos facilitar para que estes egressos possam retornar ao convívio social mais amplo.

Também podemos dizer que existem um número muito elevado ainda de egressos desempregados até os dias atuais, sendo que corresponde a 40% do total de 311 egressos cadastrados na CAEF/PP como demonstra o gráfico abaixo:



O que podemos observar é que o número de desempregados atendidos pela CAEF/PP é muito alto, o que acontece pelo fato de que quase 60% dos egressos assistidos pela Central não terem concluído nem o ensino fundamental. Portanto como

podemos exigir desses sujeitos um retorno a sociedade e acima de tudo um retorno produtivo dentro de empresas, produzindo, sendo que estas pessoas antes mesmo de estarem envolvidas com o mundo do cárcere não tinham acesso a educação.

Por isso a importância de se fazer um trabalho dentro das unidades prisionais, pois hoje este sujeito esta recluso, mas amanhã ele faz parte novamente da sociedade, precisando então este sujeito de um auxílio para não reincidir. É importante então uma rede de apoio articulada que possa dar respostas as demandas destes sujeitos, como auxílio referente a uma cesta básica, até um curso profissionalizante, inserção no mercado de trabalho. Somente assim estes egressos poderão ser reinseridos na sociedade, por isso o fundamental papel de se criar as Centrais de Atendimento ao Egresso e Família, para ampliar as expectativas desses indivíduos que saem do cárcere sem perspectiva de vida alguma, e no caso da CAEF de Presidente Prudente, esta entende a relação de direitos sociais e a busca de formação de uma rede de apoio para melhor amparar o egresso que saiu do sistema prisional, visando a garantia de direitos e a reinclusão social.

3 FATORES FACILITADORES E BLOQUEADORES DE UMA POLÍTICA DE ALIANÇA DE ATENDIMENTO AO EGRESSO

3.1 Fatores Facilitadores (oportunidades)

- A transformação do Departamento em Coordenadoria proporcionou maior autonomia e articulações para a efetivação da Reintegração social como política pública visando uma melhor coesão entre as ações pré e pós soltura e implantação de Centrais de Atendimento ao egresso em todo Estado, pautada na perspectiva da passagem da exclusão para a inclusão social, via fortalecimento de identidades, auto estima, empoderamento e desenvolvimento de potencialidades de seus usuários;
- A mudança do espaço físico que proporcionou boas acomodações para a equipe técnica, trabalho com mais privacidade, atendimento individualizado

dentro das normas exigidas pelos conselhos (CRP e CRESS), espaço para trabalho em grupos e reuniões técnicas mais produtivas.

- Conquista de um estagiário da área de Direito para suprir as demandas jurídicas, que muitas vezes são apenas esclarecimentos corriqueiros.
- Conquista de um estagiário de Ensino Médio para agilizar as tarefas burocráticas do dia-a-dia.
- Equipe compromissada com os objetivos, metas e ações programadas da CAEFPP, inclusive das estagiárias voluntárias.
- Reuniões mensais de supervisão acadêmica (Toledo) que proporcionam constante aprimoramento intelectual e profissional. Além de interações entre as assistentes sociais de outros campos, o que favorece a troca de informações a respeito de seus serviços e eventos.
- Utilização do Manual de Orientação de Procedimentos, tanto da CAEFPP como de todas as centrais, o que padroniza e agiliza suas ações, embora haja a necessidade de constante atualização do mesmo.
- Instalação do serviço de internet que dá agilidade em nossas ações profissionais. Vale destacar que ficamos dois anos sem esse recurso. O mesmo foi instalado a menos de 30 dias.
- O Servidor do EGROUPE das CAEF's e reintegração social, que nos mantém informados diariamente sobre assuntos pertinentes a nossa ação.

3.2 Fatores Bloqueadores(ameaças):

- Este foi um ano atípico, com a passagem do Departamento para Coordenadoria, assim como a mudança administrativa do poder municipal, por um longo período perdeu-se as referências de contatos que davam respaldos as nossas ações isto fez com que atingíssemos parcialmente nossas metas previstas para 2009.
- O não acesso aos egressos via judiciário impossibilitou a CAEF de expandir o cadastramento desses. Isto se deu devido, primeiramente por a VEC contar

até abril com juízes interinos, embora fizéssemos reuniões com esses, onde elogiavam nosso desempenho, não avançávamos nas negociações, pelo óbvio motivo de serem interinos. Quando os dois juízes foram efetivados o Departamento de Atenção ao Egresso e Família nos pediu que esperássemos um aceno para mantermos contado, pois esta seria uma negociação de âmbito mais amplo com a participação de nossos diretores. O que aconteceu somente em março de 2010, mas que ainda não foi nada decidido. Este distanciamento prejudica nossas ações, além de causar desconforto, pois fica a sensação de obrigação não cumprida.

- Entraves burocráticos e jurídicos que inviabilizam ou não oferecem agilidade necessária ao atendimento das demandas instituídas.

- O estigma e o preconceito em relação ao nosso público alvo, dificultando por vezes ampliar nossas ações.

- A demanda por apoio e orientação psicológica vem crescendo muito, inclusive a do Projeto Mulheres em SuperAção, onde a psicóloga tem um papel fundamental e o fato desta vir à CAEF apenas 03 (três) vezes por semana não tem suprido todas as necessidades neste aspecto.

- A ausência de um meio de transporte, pelo menos uma vez por semana para dar suporte às visitas domiciliares e institucionais.

- Período de reestruturação da Coordenadoria (CRSC), ausência de contato com os novos direcionamentos, a falta de reunião coletiva com diretores e técnicos das CAEFs deixa uma “sensação” de isolamento e falta de norte.

- Suspensão, mesmo que temporária, do “Projeto Mulheres em Super Ação” num momento em que o grupo vinha crescendo muito e no meio de uma oficina programada e divulgada para 5 encontros e foi bruscamente interrompida no terceiro encontro. Isto gerou uma frustração e impotência tanto na equipe como nas usuárias. Atitudes como essas reforçam a “sensação” de desvalorização e de desconhecimento sobre as atividades desempenhadas na CAEFPP, (não pela diretora regional, que de forma ímpar sempre nos prestigiou e incentivou, assim como nos anos anteriores tivemos respaldo incondicional da nossa ex diretora) tiram toda a motivação da equipe e nos levam a questionar se estamos no caminho certo, quando insistimos de maneira enfática que uma Central de Atendimento ao Egresso e Família tem que ser

muito mais que um plantão social, um posto de encaminhamento e que não basta apenas incluir o egresso em programas sociais, frente de trabalho, cursos, se ele não estiver “pronto”, fortalecido, empoderado de sua condição de homem livre e cidadão, nosso trabalho não terá impacto algum na vida desta criatura, em seu entorno e nem na sociedade que clama por segurança.

- A resolução que proibiu o uso do celular influenciou consideravelmente na queda de atendimento aos egressos e familiares, uma vez que o contato com a grande maioria de nosso público alvo só é possível através de telefones móveis, e nem sempre há tempo hábil para contatá-los via aerogramas e/ou visitas domiciliares, o que implica geralmente em prejuízos no atendimento de suas demandas, inclusive inseri-los em projetos e programas sociais.

4 SUGESTÕES E PROPOSTAS PARA 2010/2011

4.1 Objetivos:

- Ampliar a rede de apoio com as parcerias da rede S, SEDUC, SAS , SERT(Secretarias Municipais) e entidades sociais;
- Fomentar os projetos de capacitação e geração de renda, de forma a aumentar a qualidade de vida dos egressos e familiares de preso;
- Inclusão na carteira da assinatura do benefício na CAEFPP para efetuar cadastro e conhecer nossos serviços;
- Audiência com os juízes da VEC em caráter de urgência, onde foi realizada este ano de 2010;
- Como proposta, obter a relação dos sentenciados que estão em cumprimento de liberdade condicional para convidá-los a visitarem nossa Central;
- Implantar o Projeto de Divulgação da CAEFPP
- Implementar o “Projeto Mulheres em SuperAção” (sócio educativo) com geração de renda;
- Contratação de uma estagiária de psicologia por 6 horas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por finalidade mostrar de uma maneira geral o trabalho realizado pela Central de Atenção ao Egresso e Família de Presidente Prudente, mais especificamente o trabalho realizado com os egressos e suas dificuldades pela inserção do mercado de trabalho.

É importante que as pessoas entendam qual o objetivo e o papel da equipe CAEF nesta Central, objetivo este pautado na reintegração social dessas pessoas que ao saírem do mundo do cárcere estão em uma situação de extrema vulnerabilidade social e exclusão, necessitando do apoio da sociedade, por isso a CAEF foi implantada para auxiliar os egressos desde um primeiro acolhimento, até uma ampliação da perspectiva de vida desses usuários atendidos pela equipe.

Também fica concluído a importância de se fazer um trabalho dentro das unidades prisionais, de forma que ao saírem estes egressos não sejam excluídos da sociedade, tanto pelo estigma, quanto pelo preconceito que emergem da sociedade, o que dificulta na maioria das vezes desses sujeitos reconstruírem suas vidas, ou seja, a maior dificuldade sem sombra de dúvidas é pela dificuldade de se conseguir um emprego.

Em fim, este artigo teve por objetivo principal mostrar o importante trabalho que compete à assistente social dentro de uma CAEF, papel este propositivo, interventivo e criativo, sempre pensando em ampliar a rede de apoio, com as parcerias das redes S, fomentar os projetos de capacitação e geração de renda, de forma a aumentar a qualidade de vida dos egressos e familiares de preso.

Por isso é tão importante que o profissional de serviço social seja extremamente competente, crítico, que vise desvelar os traços conservadores, dessa forma estaremos envolvidos nas demandas que chegam até nossos campos de trabalho que advém da exclusão e desigualdade social. A ação do assistente social deve ser uma ação interventiva, investigativa, crítica na prática do seu cotidiano. O profissional do serviço social deve ultrapassar o limite da elaboração somente de laudas e pareceres referentes ao sistema prisional, o trabalho do assistente social é

muito mais complexo e amplo. Para finalizar, o mais importante para toda equipe CAEF é fazer a diferença na sociedade, visando um novo projeto societário, de forma que estes sujeitos possam ser inseridos e permaneçam no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, S. de S. e SOUZA, S. Z. S. de; **Desafios da implantação de uma política de atenção ao egresso na perspectiva da exclusão para inclusão social.** Presidente Prudente, 2007.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social:** Intencionalidade e Instrumentação. São Paulo: Veras Editora, 2007.

BETINI, G; SOUZA, S. Z. S. **A transdisciplinariedade como alternativa no processo de reintegração social.** São Paulo, 2009.

BRIGUENTI, Edileine Costa; CARLOS, M. Carolina C. de; MALAMAM, Silvana. **Uma apreensão crítica do cárcere feminino:** A intervenção do Serviço Social á luz da liberdade. Presidente Prudente, 2008.

SOUZA, Suely Zambelli Silva de; BETINI, Gilmara. **Relatório Anual 2008:** Central de Atendimento ao Egresso e Família de Presidente Prudente.